

INCLUSÃO PRODUTIVA: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO ACESSO A BENS CULTURAIS

Estelamaris de Barros Dhl

Margarete Panerai Araujo

Judite Sansonde Bem

Introdução

Neste trabalho, a temática da inclusão produtiva é abordada a partir do entendimento de um processo, o qual potencializa aos sujeitos transformarem a sua condição social na sociedade. No que diz respeito à geração de trabalho e renda, assim acessar bens culturais e superar as diferentes expressões de privações vivenciadas por milhões de brasileiros e suas famílias.

A pesquisa de Cruz, Teixeira e Monte-Mor (2015) destacou evidências de que a desigualdade pode exercer efeitos negativos e positivos quanto ao crescimento de um País. Pois, diante de restritos investimentos do Estado em políticas de educação, cultura, entre outras, os sujeitos buscam (re) organizar seus recursos para acessar serviços de educação e cultura, assim manter-se pertencentes a sociedade, em especial ao mundo do trabalho. Fator que pode ser compreendido como um efeito positivo. Mas, cabe ressaltar que a pesquisa evidenciou de forma significativa que o efeito positivo se mostra no crescimento do PIB de per capita mais elevada, e efeito negativo no PIB de per capita mais baixa. Onde, há pressão da sociedade por maior investimento em políticas de redistribuição de acesso aos bens culturais e sociais, e pode promover tensão social, a instabilidade política por demandar do Estado gastos não pensados com saúde e segurança.

Ao pensar um Estado Mínimo, o qual visa investimentos restritos em políticas sociais, esta pesquisa mostrou através da observação dos dados do IBGE, que a prioridade dos gastos das famílias é a saúde, alimentação, educação. O acesso a bens culturais vem em um crescente, mas, será preciso uma pesquisa específica para compreender este movimento, pois o acesso a bens culturais está diretamente vinculado a necessidade de cada família.

Neste sentido a questão central desta proposta de investigação construiu-se a partir da necessidade de compreender os mecanismos causais entre a geração de renda e o acesso aos bens culturais. Para isso, trata-se de compreender, *por um lado*, os impactos da inclusão produtiva e o acesso aos bens culturais, a partir dos dados do IBGE/SIDRA de 2007 a 2010, e por outro, analisar os gastos da União, dos Estados e Municípios com a cultura e as possíveis inter-relações.

A pesquisa para este artigo faz o uso de técnicas de coleta de dados bibliográficos e quantitativas. A coleta dos dados quantitativos ocorre a partir de a amostra do site IBGE/SIDRA no período compreendido entre os anos de 2007 a 2010, os quais evidenciaram os gastos da União, dos Estados e Municípios com a cultura, e demais gastos que envolveram os orçamentos familiares com renda entre R\$830,00 até R\$1.245,00.

Para coletar os dados, a busca foi realizada na plataforma do IBGE a partir do endereço <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca15/brasil>. A análise das informações coletadas foram organizadas e tabuladas, o que possibilitou a identificação de padrões relevantes que serão apresentados posteriormente, por meio das figuras, a fim de oferecer uma melhor visualização e compreensão dos dados.

Desta forma, esse artigo apresenta além dessa introdução um breve recorte conceitual das duas temáticas centrais intituladas Inclusão Produtiva e Bens Culturais. Após a metodologia, os dados e sua análise, bem como as considerações finais.

Discussão conceitual

Inclusão Produtiva

Abordar a inclusão produtiva em uma sociedade demarcada pela contínua revolução tecnológica é um grande desafio. As inovações tecnológicas provocam mudanças no mundo do trabalho, sendo preciso considerar esta diversidade de demandas oriundas da globalização, da relação desigual das forças produtivas, da má distribuição de renda, do desemprego, do não acesso à cultura e o lazer.

O mundo do trabalho do século XXI busca um trabalhador que seja multiprofissional, empreendedor, autônomo, apto a tomar decisões eficientes e eficazes em um contexto de inovações constantes. Sendo assim, este mundo do trabalho, exige profissionais com especialização, criatividade e autonomia. Cabe-nos pensar se há espaços para novas formas de inclusão de trabalhadores que estão à margem da sociedade globalizada? Para contemplar esta problemática torna-se relevante pensar e discutir as alternativas que o Estado brasileiro, através das políticas sociais, apresenta aos cidadãos que, por diferentes motivos, encontram-se excluídos do mercado formal. Cabe refletir que os sentidos e significados atribuídos à inclusão produtiva, mesmo que nos direcionem a um novo paradigma, ainda há presente o paradigma do trabalho formal, e neste modelo complexo de compreender a sociedade e seus novos arranjos o trabalho formal e a inclusão produtiva se misturam.

É uma revolução de nossos dias [...]. É no trabalho, na medida em que deve necessariamente abolir o trabalho abstrato, o trabalho assalariado, a condição de sujeito-mercadoria e instaurar uma sociedade fundada na auto-atividade humana, no trabalho concreto que gera coisas socialmente úteis, no trabalho emancipado. Mas é também uma revolução do trabalho, uma vez que encontra no amplo leque de indivíduos (homens e mulheres) que compreendem a classe trabalhadora, o sujeito coletivo capaz de impulsionar ações dotadas de um sentido emancipado (ANTUNES, 2013, p. 96).

O trabalho pode ser compreendido desde a teoria marxista, que defende a capacidade de transformar a natureza para atender às necessidades humanas. Em Antunes (2013) a categoria trabalho, mesmo com as mudanças ocorridas em diferentes períodos históricos e refletidas na contemporaneidade, ainda compõe o sentido do ser social. Segundo o autor, o trabalho compõe o ser social como um elo entre este sujeito e a sociedade, o mundo do trabalho e a natureza, na sua luta pela sobrevivência, pela dignidade e a felicidade social.

Algumas tendências identificam as novas formas de organização produtiva: a migração dos ramos formais para as atividades desregulamentadas; o aumento da população vinculada a atividades terceirizadas, em subcontratação; o aumento significativo no mundo do trabalho das mulheres; a dificuldade de inserção dos jovens no mundo do trabalho e dos trabalhadores na faixa acima dos 40 anos e as atividades do terceiro setor conforme Antunes (2015). Também as transformações regidas pelo modelo capitalista nas relações de produção, na contemporaneidade oportunizaram uma nova dinâmica do trabalho humano. Este passa a assumir uma dupla dimensão na vida dos sujeitos, pois a mesma atividade “[...] cria e subordina, emancipa e aliena, humaniza e degrada, oferece autonomia, mas gera sujeição, libera e escraviza” (ANTUNES, 2015, p. 4).

Com base neste recorte sobre a transição que o mundo do trabalho vem passando, a política de proteção social traz a temática da inclusão produtiva, que não ignora a categoria trabalho, mas sim agrega e amplia seu sentido, buscando ir além da concepção mercantilista de exploração. Segundo Antunes (2013), nos referimos às necessidades de sobrevivência que nos levam à precarização e à flexibilização da mão de obra. Ao pensarmos em trabalho no sentido de *status*, pode-se relacionar a necessidade de mais poder. Assim, o aumento da riqueza material amplia as necessidades de consumo de bens culturais e a busca pela satisfação exige, cada vez mais dos sujeitos, maiores remunerações e o trabalho novamente passa ter um só sentido, o material.

Em síntese, as famílias passam parte significativa de suas horas dedicadas as atividades de inclusão produtiva, ou seja, diferentes formas de geração de renda. O que leva a pouco tempo para momentos de lazer em espaços públicos, e ou comunitários. Esta situação pode gerar a mudança de comportamento. Onde o desejo de estar com o outro em tempo real, é resignificado, e o desejo agora é estar conectado a diferentes redes sociais. Fato presente em todas as esferas sociais.

As novas relações sociais e no mundo do trabalho a partir do paradigma da terceirização reflete na estigmatização e, porque não dizer, na fragilização das relações sociais. Por outro lado, a situação de pobreza, em seu sentido multidimensional é ampliada, pois não conseguimos mais nos ver enquanto sujeitos coletivos organizados a fim de ocupar e reivindicar o acesso a espaços dignos de trabalho, de cultura e de lazer.

Segundo Paugam (2003), os sujeitos, ao estarem excluídos do mundo do trabalho, ficam fragilizados e buscam, nas políticas sociais, culturais, entre outras, manterem sua autonomia. Após um período na situação de desemprego o sujeito passa a depender das políticas através de benefícios eventuais, inclusão em programas e projetos a fim de voltar ao mundo do trabalho.

Por isso, no estágio atual, a reestruturação produtiva de *downsizing* das empresas, um enorme enxugamento e aumento das formas de superexploração da força de trabalho, verificando-se, também, mutações no processo tecnológico e informacional. A flexibilização, a desregulamentação e as novas formas de gestão produtiva estão presente com intensidade (ANTUNES, 2013, p. 236).

Neste cenário, o trabalho perde seu lugar instituído na sociedade e passa a ter uma relação de sobrevivência, de subsistência. Estas novas características das relações de trabalho imprimem, no social, um movimento que permite a desregulamentação dos direitos já conquistados e, em contrapartida, políticas sociais são acionadas para subsidiar estas novas relações, conforme Antunes (2015).

O Brasil tem o desafio histórico de promover a inclusão no mundo do trabalho de uma parcela significativa da população que vive em situação de vulnerabilidade social. Ao aprofundar diretamente a concepção atual de inclusão produtiva, é importante destacar que, ainda na década de 1990, conforme Teixeira (2014) o Estado já mostrasse preocupado em pensar estratégias para a inserção da população pobre no mundo do trabalho, assim, ter possibilidades de acesso aos bens culturais e materiais coletivamente produzidos.

Ao final da década de 1990, o Brasil passou a investir 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em programas de qualificação profissional. Conforme Teixeira (2014) neste mesmo período, outro investimento do Estado foi o Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR), com o objetivo de capacitar o maior número possível de trabalhadores. A limitação do plano deveu-se por oferecer cursos com períodos reduzidos, baixa efetividade e a desqualificação dos professores. No PLANFOR, não ocorria articulação entre as diferentes políticas de governo e os cursos não dialogavam com os desejos dos trabalhadores desempregados bem como com a necessidade do mercado (TEIXEIRA, 2014).

Esse desgaste segundo Teixeira (2014) do PLANFOR e fortes rumores de desvio de verbas públicas, fez com que o Estado, em 2003, apresentasse o Plano Nacional de Qualificação (PNQ) com a missão de suprir as demandas existentes. O PNQ ampliava a carga horária dos cursos, que passaram a ter duração de 200 horas aula, qualificando o conteúdo específico e contemplando temáticas de empreendedorismo e cidadania, como um desafio à integração das políticas direcionadas ao emprego e renda. Assim, aproximou-se da realidade dos sujeitos ao propor os Planos Setoriais de Qualificação (PLANSEQ), focando os desempregados e os sujeitos beneficiários de políticas de transferência de renda.

A partir dessas informações Teixeira (2014) destaca que no PNQ, as mulheres e os jovens foram beneficiados diretamente com a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, formal ou informal, mas os critérios de inclusão esbarram em novos desafios, valendo destacar os milhares de cidadãos trabalhadores que apresentavam índices baixos de escolarização e analfabetismo. Tal situação era agravada pelo crescimento dos índices de desigualdade social no Brasil e a situação de pobreza extrema.

Voltando ao termo inclusão, de certa forma, esta parece estar naturalizada na sociedade globalizada. Segundo Holanda (1993), inclusão quer dizer estar incluído ou compreendido, fazer parte. Para Sasaki (1997), a inclusão é vista na perspectiva de uma sociedade construída para todos, ou seja, uma sociedade que se adapta para poder incluir, em um processo do coletivo para o individual e vice-versa. É a mudança da sociedade como um pré-requisito para que os sujeitos possam exercer sua cidadania. Este processo é lento, porém contribui para a construção de uma nova ordem societária.

E, produtiva, segundo a definição do dicionário, significa capacidade de produzir, produz com abundância conforme Holanda (1993). Ampliando um pouco estas definições, tem-se que inclusão produtiva, no contexto da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (2004) se relaciona à possibilidade das pessoas, individualmente ou em grupo, se sentirem pertencentes à sociedade através do que elas produzem e consomem economicamente e culturalmente.

Neste trabalho, a temática inclusão produtiva é abordada a partir do entendimento de que inclusão é um processo e, que o acesso ao mundo do trabalho possibilita aos sujeitos transformar e ou alterar a sua realidade social, econômica e cultural. A discussão acerca do tema da inclusão produtiva é percebida, no Brasil, a partir da sua instituição legal na política de assistência social, ancorada no artigo 2º da LOAS (1993), a qual dispõe que um dos objetivos da assistência social é a promoção da integração ao mundo do trabalho.

A inclusão produtiva é, portanto, um serviço de proteção básica, e conforme a Norma Operativa Básica do Sistema Único de Assistência Social (2015),

[...] consiste, no seu sentido mais operativo, no esforço para a mobilização das capacidades sociais e produtivas das comunidades, buscando induzir ou provocar um processo de desenvolvimento por meio de projetos integrados de educação sócio profissional, cidadã e ético-político, investimentos em capital para possibilitar o acesso aos meios de produção e assistência técnica. O ponto de partida é o fortalecimento das formas de organização e iniciativas de produção no território, garantindo novos meios e capacidades coletivas de produção e gestão, com respeito e preservação das formas organizacionais, [...]. Nesse sentido, as ações de inclusão produtiva buscam a ampliação da capacidade de autogestão econômica e social das comunidades, por meio da vivência e troca de experiências sobre formas coletivas de organização da produção, a promoção de arranjos produtivos viáveis e sustentáveis, reconhecendo o papel de protagonista ativo das comunidades na promoção do seu próprio desenvolvimento (Edital nº 001/SNAS/MDS, 2007, p. 3).

Assim, a inclusão produtiva, como complementar à política de transferência direta de renda, é entendida como instrumento de enfrentamento à situação de pobreza, pensada a partir das seguranças protetivas, em especial a segurança de sobrevivência, em sua dimensão material (renda) e subjetiva (autonomia), conforme previsto na LOAS (1993).

A Política de Assistência Social é regida pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742/93, a qual traz definição legal deste segmento da seguridade social.

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, são Políticas de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

A inclusão produtiva é entendida como instrumento de inclusão social, ou seja, possibilita o acesso aos bens culturais. Seu fundamento não está em ser uma ação compensatória, mas sim, de garantia de direitos, assegurando a todos cidadãos da sociedade viver com dignidade, buscando, também, contribuir com a superação das desigualdades sociais e culturais.

A promoção social e cultural, conforme a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (1993) dispõem que, além de desenvolver cursos de qualificação para geração de trabalho e renda, é preciso desenvolver as capacidades dos sujeitos e prover meios para o exercício destas capacidades. Para contribuir com a promoção dos sujeitos beneficiários destas políticas, o programa prevê, entre outras iniciativas, ações efetivas de geração de emprego e renda, o desenvolvimento local das comunidades e a concessão de crédito aos pequenos e microempreendedores. Isto significa investimento efetivo no microempreendedor, na economia solidária e nas pequenas associações e cooperativas, através do

[...] fomento para a organização e o desenvolvimento de cooperativas atuantes com resíduos sólidos; orientação profissional e o encaminhamento de mão-de-obra para empregos; fomento, capacitação ocupacional e assistência técnica a empreendimentos populares. Há também ações do programa de erradicação do trabalho infantil; e administração das unidades e pagamento de pessoal (BRASIL, 2014).

O desenvolvimento dos cursos profissionalizantes ocorre em parceria com os municípios, por intermédio direto da política de assistência social, a qual tem a responsabilidade de mobilizar e realizar as pré-inscrições dos sujeitos beneficiários. Os critérios para inserção eram ser maior de 16 anos e estar cadastrado no CadÚnico. Os cursos são operacionalizados por instituições de ensino reconhecidas pelo MEC e especialistas em ensino técnico, como Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) informou que, em 2014, foram inscritas 4,6 milhões de brasileiros e a previsão no orçamento da união, para 2015, é de 14 bilhões de reais (DIHL, 2015).

Além dos programas e projetos de inclusão produtiva, ofertada por meio da política de assistência social, outras iniciativas de inclusão são promovidas por meio de parcerias com o terceiro setor e empresas privadas. Pode-se citar aqui em específico o Projeto Pescar, no Rio Grande do Sul, que tem como missão promover o desenvolvimento pessoal, profissional e de cidadania para jovens em situação de vulnerabilidade social, entre outros investimentos de empreendimentos solidários, e os projetos ofertados no Sistema Nacional de Emprego (SINE).

Assim, o processo de inclusão produtiva nos remete à expansão das capacidades dos sujeitos sociais, permitindo que eles escolham e definam as ações através da participação em uma relação de mão dupla, pois de um lado a política torna-se mais efetiva e eficiente e, de outro, as demandas passam a ser desveladas e atendidas. Por outro lado, cabe destacar que não é apenas por meio da inserção no mundo do trabalho que os sujeitos se transformam e constroem seu processo de emancipação. É necessário desenvolver outras competências através do acesso à cultura, ao lazer, à vida.

Se o trabalho torna-se dotado de sentido, será também (e decisivamente) através da arte, da poesia, da pintura, da literatura, do tempo livre, do ócio, que o ser social poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo (ANTUNES, 2013, p. 177).

A inclusão em diferentes mundos permitirá aos sujeitos acionar diferentes dispositivos e, assim, construir e reconstruir possibilidades de emancipação. Precisa-se romper o paradigma que determina que não pertencer ao mundo do trabalho é estar à parte da sociedade, deixando de ser cidadão. Segundo Antunes (2013), deve-se (re) conceituar o trabalho, partindo do princípio de que o trabalho deve fazer parte da dimensão material e subjetiva de cada sujeito, e não ser a centralidade. Entretanto, qualquer que seja o caminho da inclusão produtiva, esta demanda exige um esforço conjunto dos diferentes setores da sociedade para materializar sua intencionalidade.

A partir da inclusão produtiva as famílias podem ampliar seu acesso a bens culturais, em forma mais objetiva, como celulares, revistas, teatros, cinema, rádio e televisão. Como de forma mais subjetiva no que diz respeito às construções sociais do efetivo acesso a bens culturais. No próximo capítulo iremos aprofundar esta discussão.

O Acesso a bens culturais como processo de construção social

Ao discutir cultura, em seu conceito mais contemporâneo, ultrapassando seu caráter convencional, tradicional, de que só poderia ser partilhado pela elite, buscase romper este vínculo de “inútil”, de um conceito de cultura estática para promover um status de cultura relativa e dinâmica, onde cada grupo e território são capazes de construir, reconstruir diferentes culturas, assim adotando novas regras e com estas, novos comportamento sociais e culturais, logo alterando a produção e consumo de novos bens. (DURHAM, 1984).

A partir das revoluções tecnológicas, conforme Durham (1984), os sujeitos sociais buscam sua interação social por meio da produção e consumo de bens culturais, ou seja, estruturas que passam a ter significados do “*ter*” e do “*ser*”, pois os sujeitos e os bens matérias e subjetivos estão inseridas no tecido social. As políticas sociais, econômicas e culturais, assim como as mídias sociais perpassam o cotidiano de vida dos sujeitos, e por sua vez, ditam o que é preciso para viver bem, reforçando o caráter utilitarista da cultura e imprimindo experiências e comportamentos.

A partir da Constituição de 1988 houve o reconhecimento, por meio do Estado, dos bens de natureza imaterial, que foram definidos no artigo 216:

Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Conforme Carsalade (2015) toda a construção de bens por meio da cultura é um bem cultural, mas ainda, se vincula o termo “bem cultural” à preservação. Mas, falar em bens culturais, remete a compreender como seu conceito foi, ao longo do tempo, construído no Brasil, pois o país participou dos debates e convenções que discutiam a terminologia de bem cultural, como deveriam ser protegidos e preservados a fim de garantir a memória social de um povo, de uma nação.

Até a década de 1970 o termo bem cultural, vinculava-se, diretamente, a memória da história do Brasil, ou seja, o patrimônio que deveria ser protegido, devido o seu valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico, entre outros pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN). (GUEDES, 2016). Ainda, na década de 1970, o Advogado e designer Aloísio Magalhães assumiu a direção do IPHAN, o qual passou a fomentar a discussão para a inserção da cultura no âmbito das políticas públicas sociais. Assim o olhar passa a ser ampliado sobre cultura, na percepção de sua dinâmica, observando sua produção, a circulação e o consumo. Articulados aos cenários socioeconômicos e políticos, segundo Fonseca (2003).

Na mesma linha de análise, Magalhães (1985) ressalta que mesmo com os diferentes movimentos reflexivos a cerca da discussão do termo “bens culturais”, no Brasil estes permaneceram restritos aos bens como móveis e imóveis, vinculado ao passado, ou aos bens de criação individual como música, literatura, entre outros, a apreciação era restrita a elite. Os bens culturais que surgiam do fazer popular não eram considerados, mas o autor compreendia que seria a partir desta cultura produzida e consumida nos territórios locais que poderia identificar os reais valores culturais de uma nação.

Mas, cabe a reflexão que as estruturas sociais, ou seja, os territórios são perpassados por contradições como a desigualdades e as possibilidades. Para Santos (2001), os territórios condicionam as formas que os sujeitos sociais utilizem seus recursos econômicos e sociais a fim de gerar renda, lazer e o consumo de bens culturais.

Os sujeitos, inseridos no mundo do trabalho, passaram a ter maior contato com os avanços tecnológicos e conseqüentemente com a conectividade, fenômenos que está alterando os padrões de consumo cultural da população, em diferentes dimensões. Ao analisar os conceitos, os autores Santos e Duisenberg (2008) chamam de ambiente mutante, enfatizando a capacidade de criação do território local e construindo diferentes processos de inclusão produtiva e de acesso a bens culturais.

Este ambiente mutante, dinamizado pela difusão das redes sociais, favorece a sociabilidade, tanto virtual como local devido o alcance dos bens culturais, como televisão, celulares, internet, cinema, música e livros, entre outros. Estes são compreendidos no contexto contemporâneo como o novo suporte de bem cultural, devido aos preços acessíveis, e sua posse lhe confere prestígio e identidade. Este movimento simultâneo permite o deslocamento de entretenimento ora em espaços privados, ora em espaços públicos, pois hoje o que prima é a democracia cultural (SANTOS, DUISENBERG, 2008).

Dados do IBGE (2010) evidenciam que a inclusão produtiva está implicada diretamente no aumento dos indicadores de consumo de bens culturais. O marco deste novo suporte de bem cultural ocorre pelo meio do significativo aumento da comunicação multidirecional, entre os sujeitos, por meio da internet. Este movimento ocorre após a estabilização da moeda no início da década de 1994, o que gerou mudanças no comportamento dos territórios locais e seus agentes de transformação.

Neste artigo, os bens culturais podem ser compreendidos como commodities, ou seja, em itens que podem ser industrializados e consumidos, pois passam a ter um valor de uso e um valor de troca. Conforme Marx (2013) é a utilidade do bem, ou seja, a necessidade de seu consumo que lhe atribui o valor. E nesta lógica o valor de uso imprimiu novas formas de cultura, novas mercadorias (HARVEY, 2006). Este movimento levou à industrialização da cultura, o que amplia as possibilidades de inclusão produtiva, ou seja, a geração de novas formas de trabalho, logo maior acesso ao consumo de bens culturais, um mercado que se retroalimenta.

Conforme Chauí (2011), o acesso a bens culturais é um direito dos sujeitos sociais, não só de acessar, mas também fazer parte. Mas a autora destaca o perigo da cultura perder sua essência e ser consumida e devorada pelas massas apenas como atrativo de diversão. Pode-se dizer então que pensar em sustentabilidade deste processo é reconhecer os valores, as práticas, os hábitos coletivos, pois estes dão caráter único as sociedades, conforme Matos (2013).

Essas premissas teóricas colaboram com o objetivo geral de compreender os mecanismos causais entre a geração de renda, o impacto da inclusão produtiva e o acesso aos bens culturais. A sessão seguinte expõe o método utilizado para a obtenção dos resultados.

O processo metodológico

Após a análise de diferentes instrumentos e materiais de pesquisa, optou-se pela pesquisa descritiva, por entender que esta proposta é uma alternativa de investigação que possibilita ao pesquisador articular permanentemente a teoria sobre o que está sendo estudado, confrontando-a com uma determinada situação, conhecida ou não, a fim de verificar como ocorre (similaridades e diferenças) na ação investigativa.

[...] o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros - traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 83).

Assim essa pesquisa descritiva, faz o uso de técnicas de coleta de dados bibliográficos e quantitativas. Partiu-se de teorias já existentes, onde “[...] o objetivo da pesquisa bibliográfica, portanto, é o de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, [...]” (KÖCHE, 2002, p. 122).

A coleta dos dados quantitativos, conforme Lakatos e Marconi (1991) consiste em uma “[...] investigação de pesquisa empírica cuja finalidade é analisar as características de fatos e avaliar programas, procurando efeitos e resultados de um método específico de atividades de serviços”. O universo e a amostra tomaram como base aos dados do IBGE/SIDRA no período compreendido entre os anos de 2007 a 2010, os quais evidenciaram os gastos da União, dos Estados e Municípios com a cultura, e demais gastos que envolveram os orçamentos familiares com renda entre R\$ 830,00 até R\$ 1.245,00.

Para coletar os dados, a busca foi realizada na plataforma do IBGE a partir do endereço <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca15/brasil>. A análise das informações coletadas foram organizadas e tabuladas, o que possibilitou a identificação de padrões relevantes que serão apresentados posteriormente, por meio das figuras, a fim de oferecer uma melhor visualização e compreensão dos dados. Conforme Lakatos e Marconi (1991, p.170) “[...] a representação dos resultados estatísticos com elementos geométricos permite uma descrição imediata do fenômeno”. Segue na próxima sessão a análise dos dados.

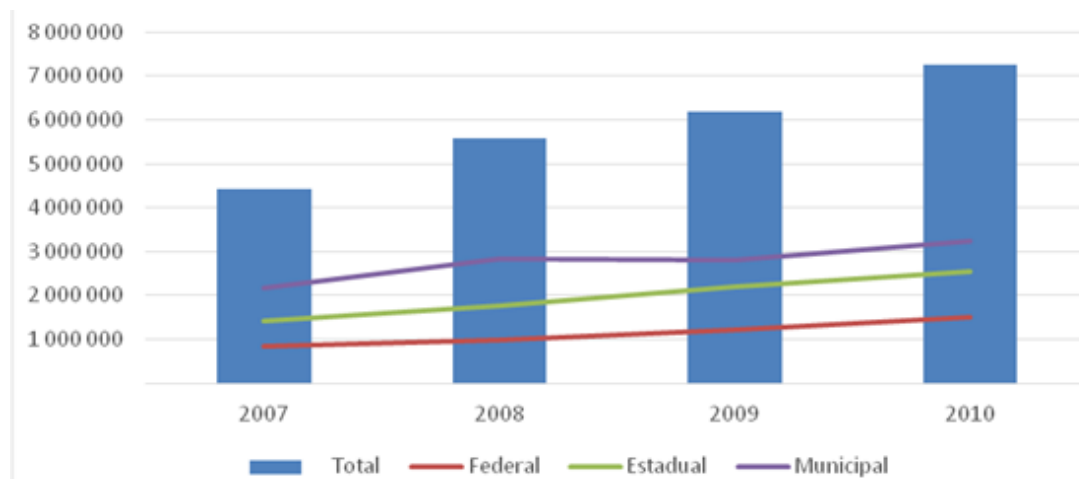
Apresentação e análise dos dados

A pesquisa permitiu evidenciar que os maiores gastos familiares são com despesas essenciais como alimentação, residência, vestuários, entre outras. Já no que se referem às despesas sociais do setor público, os maiores

gastos são com saúde, seguidas da educação, assistência e habitação. Chamam a atenção os gastos com Cultura, pois mesmo mostrando elevação são insignificantes perto das demais políticas. Aqui cabe uma reflexão sobre a tomada de consciência da importância da cultura em uma sociedade

A figura 1 destaca a evolução dos gastos com cultura, no período 2007/2010. Verifica-se um comportamento levemente distinto entre as diferentes esferas do poder público: federal, estadual e municipal. A inclinação das linhas mostra um crescimento maior dos gastos estaduais em detrimento dos gastos federais e municipais. Destaca-se, também, a estagnação (até com leve declínio) nos gastos municipais em relação aos outros nos anos de 2008 e 2009.

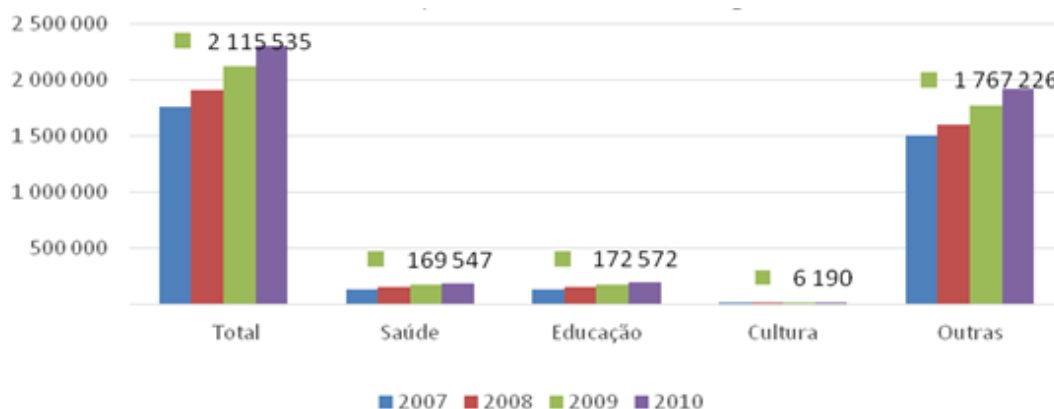
Figura 1 - Gastos com cultura por esfera de governo



Fonte: IBGE, 2019. Valor absoluto (R\$ 1.000)

A figura 2 apresenta uma análise comparativa das despesas, por funções consolidadas, nas três esferas dos governos. Quando comparados entre si os gastos com cultura literalmente “sodem”, demonstrando a pequena parcela que representam em proporção aos gastos governamentais. Esta evidencia reforça o que Fonseca (2003) discute no texto: há uma dificuldade de perceber a importância de investir em bens culturais. O governo, ainda, mantém práticas tradicionais investindo em políticas que priorizam ações fragmentadas e não em programas preventivos, como a cultura.

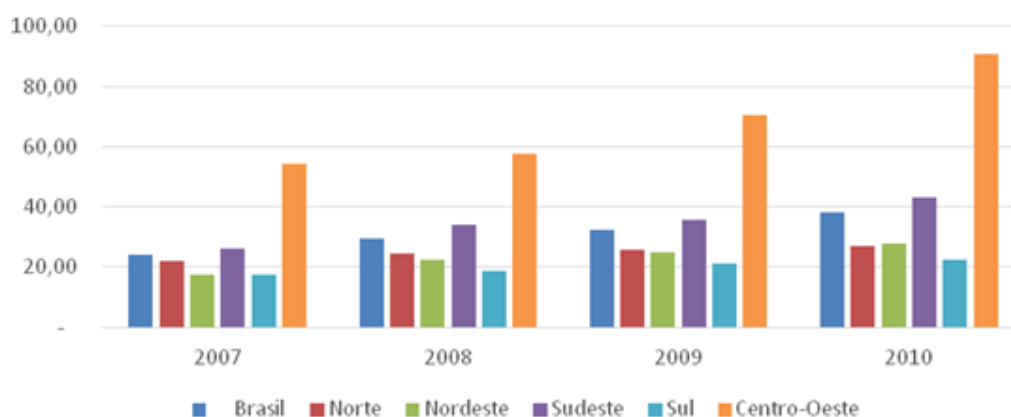
Figura 2 - Comparação das despesas por funções consolidadas nas três esferas dos governos



Fonte: IBGE, 2019. Valor absoluto (R\$ 1.000.000).

A figura 3 apresenta dados das despesas per capita, segundo regiões consolidadas, com cultura. Os dados revelam uma média nacional próxima de R\$ 40,00 ao ano, tendo a região Centro-Oeste com os maiores gastos per capita em ações de cultura. Em segundo lugar está a região Sudeste. Destaca-se neste dado, que a região Sul está atrás do Nordeste e da média geral do país.

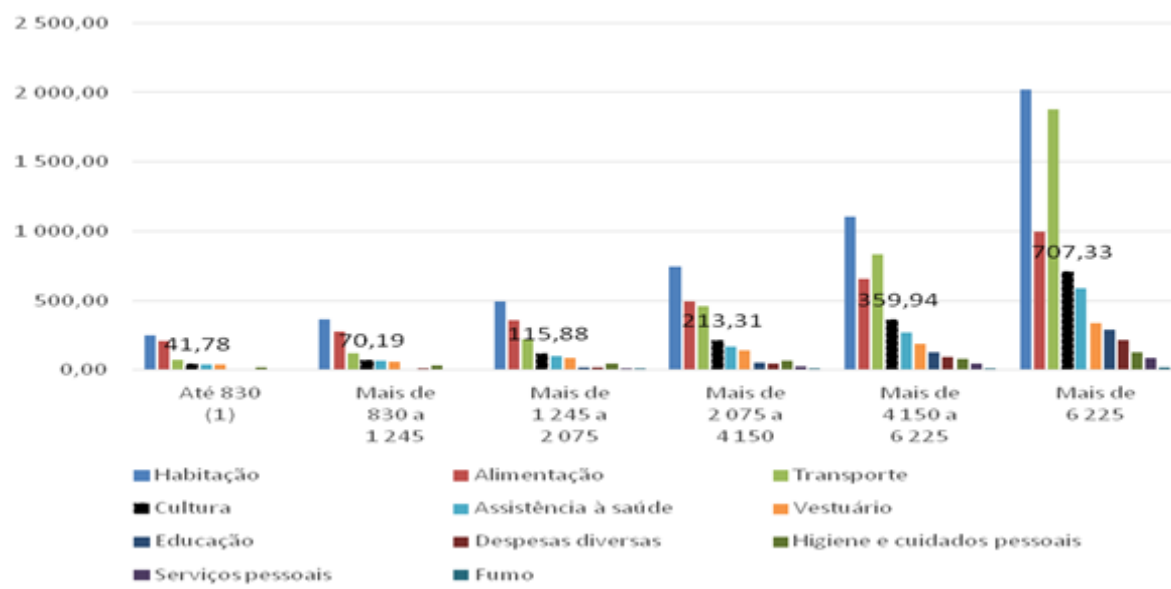
Figura 3 - Despesas per capita segundo regiões consolidadas com cultura



Fonte: IBGE, 2019.

O comparativo dos gastos familiares mostra a distribuição do comprometimento da renda familiar com as diferentes áreas de consumo. Verifica-se que os gastos com cultura, nas camadas de renda mais baixas, são proporcionalmente menores em relação às rendas maiores, o que se explica por haver maior necessidade de garantir primeiramente os recursos com despesas de primeira necessidade como moradia, seguido por alimentação e transporte. Os gastos com a cultura são percebidos a partir que a segurança de sobrevivência é garantida. (LOAS, 1993).

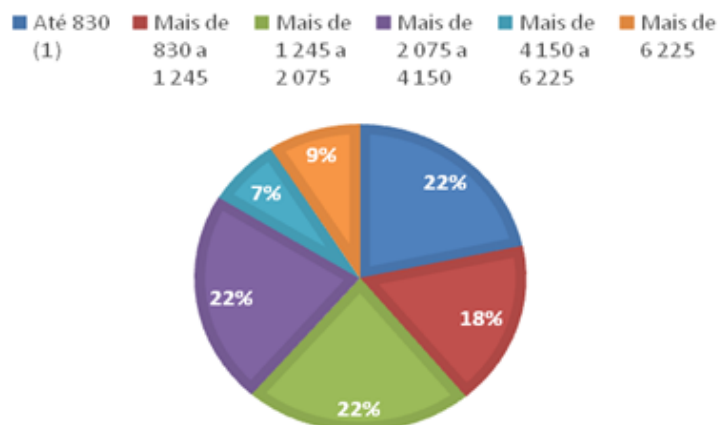
Figura 4 – Despesas por classe de rendimento por área de consumo



Fonte: IBGE, 2019. Valor absoluto (R\$ 1.000.000).

A figura 5 demonstra que 40% das famílias pesquisadas, possuem uma renda de zero até R\$1.245,00, ou seja, um salário mínimo e 44% estão na faixa de renda entre dois a quatro salários mínimos. Já as famílias com renda superior a R\$4.000,00 somam 16%. Este dado mostra a necessidade de políticas sociais, entre elas a de inclusão produtiva a fim de qualificar a inserção ao mundo do trabalho ampliando o acesso aos bens culturais, ou seja, a qualidade de vida. Assim, enfrentar de fato a situação de desigualdade social existente em no Brasil.

Figura 5 - Número de famílias e faixa de renda



Fonte: IBGE, 2019. Valor absoluto (R\$ 1.000.000).

Nota: O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa, unidade de consumo. (1) Inclusive sem rendimento

Na figura 6, o gasto por tipo de despesa ilustra, de forma desagregada, os diferentes componentes da despesa com cultura no levantamento realizado pelo IBGE nas famílias com renda entre R\$ 830,00 e R\$1.245,00. Observa-se que 70% dos gastos com cultura são destinados à telefonia e aquisição de eletrodomésticos (R\$ 33,00 e R\$ 16,00 respectivamente), restando 30% para atividades mais específicas, como atividades de cultura propriamente ditas e outros.

Com estes dados é possível perceber um movimento, neste primeiro momento, mais utilitarista no consumo dos bens culturais. Mas, após “ter” o bem, outras percepções são aguçadas, como por exemplo, o poder da conectividade na interação social, o que irá promover trocas as quais irão ampliar as fronteiras do saber, fortalecendo o “ser”(SANTOS &DUISENBERG, 2008).

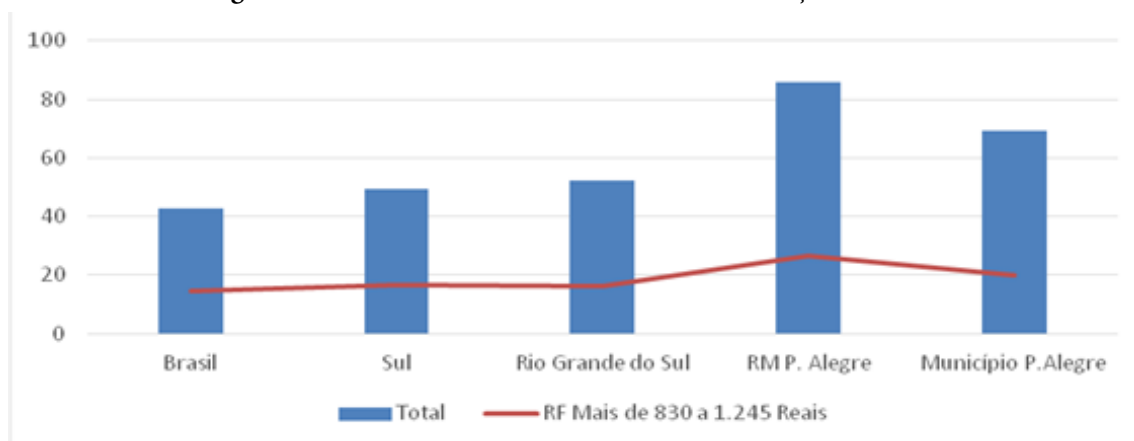
Figura 6 - Gastos com cultura por tipo de despesas em famílias com renda entre R\$ 830,00 e R\$ 1.245,00



Fonte: IBGE, 2019. Valor absoluto (R\$ 1.000.000).

A figura 7 mostra um recorte para a área territorial da capital gaúcha. Pode-se verificar que o gasto familiar com cultura, na faixa de renda familiar em destaque, é menor na capital do que na Região Metropolitana (RM). Também pode-se perceber que os gastos familiares da RM de Porto Alegre é mais elevado do que a média nacional.

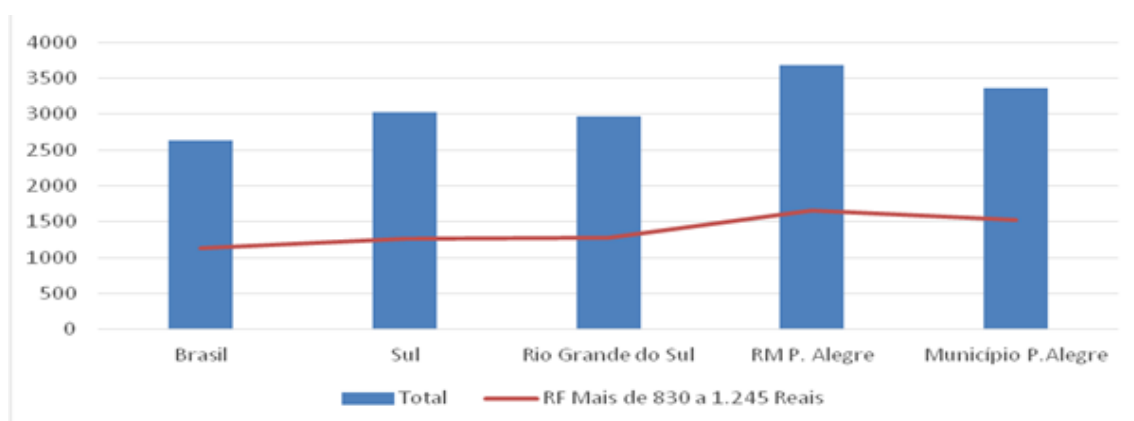
Figura 7 - Gastos familiares com cultura na distribuição territorial



Fonte: IBGE, 2019. Valor absoluto (R\$ 1.000.000).

A figura 8 apresenta o recorte dos gastos totais das famílias do Município de Porto Alegre, em relação ao nível territorial imediatamente acima. Verifica-se que a Região da Grande Porto Alegre contemplam famílias que concentram maiores gastos com bens culturais. Como já dito anteriormente o acesso a bens culturais é um direito dos sujeitos sociais os quais materializam as ações inovativas e de preservação, interagindo de forma dinâmica na criação do novo. Pensar em sustentabilidade deste processo é reconhecer os valores, as práticas, os hábitos coletivos, desta região, o que poderá ser tema gerador de uma nova pesquisa, as quais possam desvelar os indicadores que fazem com que a região metropolitana se destaque no acesso aos bens culturais.

Figura 8 – Despesas totais com cultura



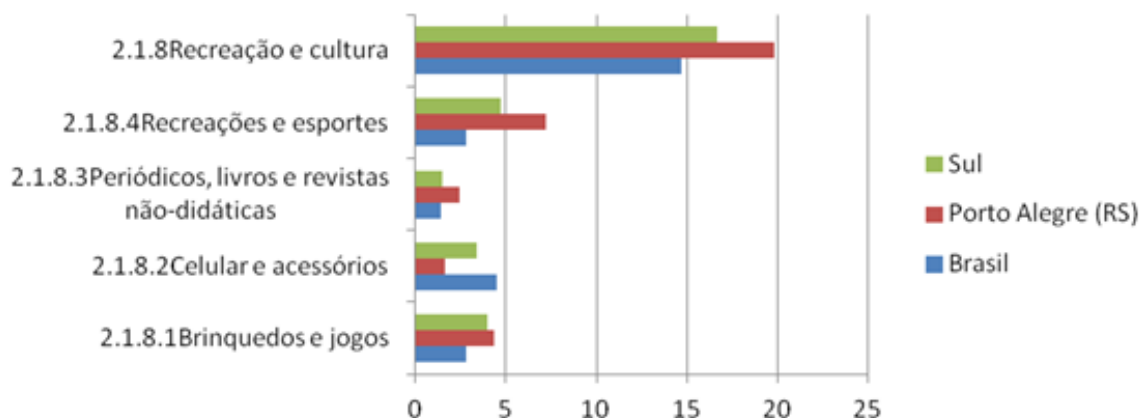
Fonte: IBGE, 2019. Valor absoluto (R\$ 1.000.000).

Tabela 1594 - Despesa monetária e não monetária média mensal familiar - valor e distribuição - por classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo os tipos de despesa.

Variável - Despesa Monetária e não monetária média mensal familiar (Reais).

A figura 9 permite traçar o perfil territorial de gastos com bens culturais. Tomando como exemplo as informações trazidas na figura é possível perceber que no município de Porto Alegre as famílias com renda entre R\$ 830,00 e R\$1.245,00 reais consomem mais que a média nacional e que a Região Sul para os itens Recreações e esportes, Periódicos e livros e brinquedos e jogos. Enquanto isso, no item Celular e acessórios o consumo é menor que a média nacional e também que da Região Sul, o que pode-se intigar novas pesquisas a fim de avaliar a o crescimento cultural em Porto Alegre.

Figura 9 – Gastos com bens culturais das famílias – comparativo territorial



Fonte: IBGE, 2019. Valor absoluto (R\$ 1.000.000).

Nota: O termo família está sendo utilizada para indicar a unidade de investigação da pesquisa, unidade de consumo.

Reconhecer a inclusão produtiva como uma ferramenta para a inclusão ao mundo do trabalho exige considerar a necessidade de um trabalho integrado com as demais políticas sociais brasileiras, além de sensibilizar o mercado a fim de pensar iniciativas de desenvolvimento local para atingir os resultados esperados, considerando as potencialidades e as fragilidades do local e dos sujeitos de cada território.

Desenvolver ações, programas e projetos na intenção de incluir os sujeitos produtivamente só é efetivo quando os sujeitos sociais utilizam sua capacidade para realizar aquilo que consideram importantes. Então, tornam-se produtivos em ambas as dimensões: material, no que diz respeito à geração de renda, e subjetiva no âmbito da autoestima e no acesso aos bens culturais. Assim, ao participar de diferentes espaços sociais e culturais, podem descobrir realidades com as quais se identifiquem, se realizem, assumindo o papel de protagonistas, de pertencentes incluídos socialmente.

Nesta interpelação, estimula a tomada de decisões com responsabilidade e comprometimento para com as escolhas realizadas. Este processo fortalece o processo de reconhecimento e de estima social, possibilitando “[...] ser livre para agir como bem se entender, mas, acima de tudo, ser capaz de eleger valores e crenças, valorá-los e sentir-se responsável por suas decisões e por seus atos” (PEREIRA, 2002, p. 71).

Entretanto, para que estas habilidades possam contribuir efetivamente para a inclusão produtiva, é necessário o crescimento econômico, social e cultural por meio de novas formas de trabalhos e políticas sociais eficientes, bem como é necessário que a população efetivamente tenha acesso à educação, a cultura e à saúde de qualidade, ampliando, assim, o acesso aos direitos sociais e a participação efetiva na sociedade.

Os dados aqui apresentados mostram que os baixos investimentos da União, Estados e Municípios em políticas de cultura são significativos. Comportamento que se repete nas famílias brasileiras, pois suas despesas prioritárias estão em alimentação, moradia, educação, saúde e por fim cultura. E, após garantir às necessidades básicas as famílias passam a consumir bens culturais, isto de forma mais significativa no município de Porto Alegre, dado que poderá ser objeto de pesquisa, a fim de compreender este comportamento.

Considerações Finais

O presente artigo teve como objetivo compreender os mecanismos causais entre a geração de renda e o acesso aos bens culturais e o impacto da inclusão produtiva neste acesso a partir dos dados do IBGE/SIDRA no país e na região metropolitana. Assim, identificando os bens culturais prioritários das famílias brasileiras com o recorte de renda entre R\$ 830,00 até R\$ 1.245,00. Os dados foram considerados como amostras gerais no que diz respeito ao país e Estados.

Os dados da pesquisa evidenciaram que a renda é um elemento que possibilita maior acesso aos bens culturais, mas existem outros elementos, como a oferta de programas e políticas ofertadas pelo Estado. Porém, a pesquisa nos mostrou que mesmo diante de um Estado mínimo as políticas sociais continuam sendo ofertadas, mas com redução de investimentos. Fato que fragiliza o acesso aos bens culturais de famílias que vivem em territórios mais vulneráveis, no que diz respeito a oferta de trabalho e políticas sociais.

A pesquisa não teve como propósito de perceber qual o sentido e ou significado de bens culturais pelas famílias, mas a discussão dos autores abordados neste artigo demonstrou que o consumo dos bens culturais assume o caráter de pertencimento, assim, estar inserido na conectividade que o mundo globalizado exige na contemporaneidade é pertencer.

Assim, pertencer é incluir-se produtivamente e construir novas necessidades de bens culturais e a partir destas consumi-las. Mas, nos cabe a reflexão crítica de acompanhar estas transformações sociais e culturais no que diz respeito a estas novas necessidades. Pois, pertencer vai além de consumir, mas reconhecer o outro como igual e, a partir desta inter-relação, sentirem-se reconhecidos como cidadãos. Este reconhecimento ocorre a partir da relação e no coletivo, agregando valores, alterando modelos normativos na sociedade através da participação na sociedade como um todo.

Referencias

ANTUNES. R. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. Coimbra: CES/Almedina, 2013.

ANTUNES. R. **Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho**. São Paulo. 2008. Disponível em: <www.fundacentro.gov.br>. Acesso em: maio 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS - **Lei 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Brasília, 1993.

BRASIL. Ministério da Cultura. Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento. Frederico A. Barbosa da Silva, autor – Brasília: Ministério da Cultura, 2007. 308 p. – (**Coleção Cadernos de Políticas Culturais**; v. 3) ISBN – 978-85-88564-07-7 1.

CARSALADE, F. B. In: REZENDE, M. B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (termo chave Bem).

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CRUZ, P. B. da.; TEIXEIRA, A.; MONTE-MOR, D. S. O Efeito da Desigualdade da Distribuição de Renda no Crescimento Econômico. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 69, n. 2, p. 163-186, jun. 2015. ISSN 1806-9134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/23318>>. Acesso em: 17 Jul. 2019.

DIHL, E. de B. O Programa Bolsa Família como dispositivo para a inclusão produtiva: possibilidades e limites. Porto Alegre: Ed. Unisinos, 2015.

DURHAM, E. Cultura, patrimônio e preservação. In: ARANTES, A. A. (Org.), **Produzindo o passado**, São Paulo: Brasiliense, 1984.

- FONSECA, M. C. L. **Referências Culturais**: base para novas políticas de patrimônio. Rio de Janeiro: Repositório do Conhecimento do IPEA, 2003. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4775>>. Acesso em: 23 dez. 2016.
- GUEDES, M. T. F.; MAIO, L. M. Bem cultural. In: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbeta). ISBN 978-85-7334-299-4.
- HARVEY, D. **A arte da renda**: a globalização e transformação da cultura em commodities. In: HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- HOLANDA, A. B. de. **Dicionário Prático da Língua Portuguesa**: Aurélio. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ O Dia, 1993.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2007-2010**. Secretaria do Tesouro Nacional, Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal 2007-2010. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca15/brasil>>. Acesso em julho de 2019.
- KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e prática da pesquisa. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MAGALHÃES, A. **E Triunfo?** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MOTREL, M. O.; ARAUJO, P. G; PEREIRA, J. R. **Gestão social de bens culturais no Brasil**: desafios e perspectivas. v. 9, n. 4, p. 647-659. 2011.
- PAUGAM, S. **A desqualificação social**: ensaio à nova pobreza. São Paulo: Cortez, 2003.
- PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão**. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- Secretaria do Tesouro Nacional, Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal 2007-2010, Execução Orçamentária de Estados 2007-2010, e Dados Contábeis dos Municípios 2007-2010.
- TEIXEIRA, R. de O. Para além das condicionalidades: desafios para o programa bolsa família no município de Esteio/RS. Porto Alegre, 2014. **Dissertação**. (Mestrado) - Faculdade de Serviço Social, Pós-Graduação em Serviço Social. PUCRS.